

O “pavoroso deserto ideológico”: dos fundamentos à atualidade do ideário politicista na miséria brasileira

The “frightening ideological desert”: from the fundamentals to the Current Relevance of politicist thought in Brazilian poverty

Elcemir Paço Cunha*

Resumo: O artigo retoma os fundamentos do ideário politicista e analisa alguns de seus componentes essenciais como o distributivismo e a manipulação, levando-se em conta as condições históricas habilitadoras. Ele procura discutir tais elementos no plano geral e no plano particular do processo brasileiro pela via colonial. Discute ainda a atualidade do ideário politicista no Brasil hoje.

Palavras-chave: Politicismo; distributivismo; manipulação; via colonial; miséria brasileira.

Abstract: The paper resumes the foundations of the politicist thought and analyzes some of its essential components as both distributivism and manipulation, considering the enabling historical conditions. It seeks to discuss such elements in the general and in the Brazilian specific process through the colonial way. It also discusses the current relevance of politicist thought in Brazil today.

Keywords: Politicism; distributivism; manipulation; colonial way; Brazilian poverty.

I.

O cerne do material conhecido por *A miséria brasileira, 1964-1994*: do golpe militar à crise social (CHASIN, 2000), reuniu diferentes textos em sua primeira edição que cobriram especialmente a particularidade brasileira sem, entretanto, descuidar de sua inserção no sistema global da economia capitalista. Na dicção de seu autor, o *inacabamento* do capitalismo desdobrado no Brasil seguia enlacrado nas dissonâncias dos então “subsistemas do capital”: o socialismo de acumulação e o capitalismo manipulatório. O solo donde Chasin recolheu seus materiais foi principalmente dessa encruzilhada de ilusões e debilidades, de modernizações conservadoras, onde o novo é velho; uma miséria objetiva e subjetiva de um processo

* Pós-doutor em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em administração (UFMG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGAdm/UFJF. *E-mail:* paco.cunha@ufjf.br. Orcid: 0000-0002-1978-0110.

histórico de inacabamento.

O primeiro texto do material foi originalmente publicado em 1977 e o último, em 1996. Passados 48 anos do primeiro e quase 30 do segundo, a atual republicação do material vem em um momento global no mínimo peculiar, marcado por recente intentona golpista no Brasil e por circunstância mundial incerta que tira notas de trombetas de timbres reacionários. Nesse cenário, prevaleceu o capitalismo manipulatório, independente de suas tonalidades “ocidentais” e “orientais”. No grosso, as alternativas de futuro, e para frente – é bom que se diga –, seguem opacas.

A marca maior revelada naquele material é notavelmente o esforço de seu autor em realizar uma *análise de realidade* fora, porém, dos enquadramentos teóricos então prevalentes. E isso vale tanto para a “leitura oficial” de uma saudosa e autointitulada “tradição revolucionária” quanto para o “quadrilátero teórico” constituído pelas teorias da dependência, populismo, autoritarismo e marginalidade que fizeram época no país. Nesse preciso sentido, uma das categorias mais destacadas para a análise de realidade levada a cabo foi o que Chasin denominou por *politicismo*. É, como veremos, uma categoria de extração marxiana que possibilitou ao filósofo brasileiro exercitar a crítica especialmente aos limites teóricos e práticos dos partidos na esquerda em circunstâncias brasileiras e conectar tal crítica ao desenvolvimento mais geral da economia capitalista global em suas tendências centrais.

Tomada tal conexão essencial desde os textos da década de 1970, é hoje mesmo possível reconhecer que foram anos de continuado sucesso do politicismo como um fenômeno teórico e prático. Mesmo porque, tendo encontrado seu “apogeu ao longo do século XX”, o politicismo “permanece nessa condição até os dias de hoje” (VAISMAN, 2023, pp. 12-3). E diante de tal notório êxito, e por ocasião do novo lançamento do material do filósofo brasileiro, nos parece haver espaço para breve recuperação da natureza do politicismo, das suas linhas gerais e peculiares no Brasil, das suas condições históricas habilitadoras, bem como para analisar seus componentes essenciais nas figuras do distributivismo e da manipulação além de pincelar certos aspectos gerais de sua atualidade hoje no país.

II.

A análise da realidade brasileira na transição entre os anos 1970 e 1980 facultou a captura da tendência politicista presente especialmente na oposição então existente. Tratava-se de contexto de discussão pública a respeito da abertura

democrática. Chasin identificava naquelas circunstâncias, de predominância do politicismo, certa transição entre o “bonapartismo” e a “institucionalização da autocracia burguesa” (CHASIN, 2000, pp. 125-7). Dessa maneira, seus escritos demarcados no período foram “motivados, em grande medida, pelos embates vivenciados em torno da “questão democrática” no Brasil” (VAISMAN, 2023, p. 13). Ao mesmo tempo, Chasin já acumulara estudos rigorosos dos textos de Marx, incluindo os então menos visitados materiais, os quais, entretanto, guardavam fundamentos decisivos para a crítica do amplo complexo político. Esses fatores estiveram atuantes na delimitação tanto do politicismo como fenômeno teórico e prático quanto daquilo que viria a ser mais tarde denominada como *crítica da razão política* ou, ainda de modo mais acabado, como *crítica ontonegativa da politicidade* (CHASIN, 2009). À última voltaremos em instantes. No momento nos interessa a *natureza do politicismo*.

Uma das chaves de entendimento do que seja o politicismo está em seu irmão xifópago, pois o “politicismo é um fenômeno simétrico ao economicismo” (CHASIN, 2000, p. 123). Ora como caricatura, ora como adesão intelectual deliberada, o economicismo é uma redução grosseira do amplo complexo social linearmente às abstratas “leis gerais da economia”. Por seu turno, o politicismo é uma espécie de reação diversamente motivada e que produziu redução do todo ao fator político, redução tão grosseira e linear quanto a de seu irmão, com o pecado mais grave de inverter todas as coisas. Como parcialidades artificiais que contrariam um todo articulado e móvel, cada um dos irmãos se identifica nas abstrações irrazoáveis que necessariamente precisam realizar dadas as suas insuficiências intrínsecas e insuperáveis. Nesse terreno, todo cuidado é pouco, pois o reconhecimento dessas insuficiências não deve de modo algum alimentar a indeterminação entre tais fatores relacionados. Ocorre que no volteio do ideário politicista as coisas são apresentadas de modo diverso ao funcionamento objetivo dos processos sociais por meio de uma acentuação unilateral da política.

A unilateralidade politicista foi reconhecida na oposição existente nos últimos anos da década de 1970. Chasin sublinhou a “*politização* do discurso” dessa oposição em um sentido bastante delimitado. Para ele, tratava-se da “redução do todo problemático nacional ao meramente político” (p. 8). Era, em síntese, a “autonomização do político e sua conseqüente hiperacentuação” (p. 9). Em outros termos, os enunciados da oposição redundavam na “diluição, o desossamento do todo, a sua liquefação em propostas abstratamente situadas apenas no universo das regras

institucionais. É a autonomização e a prevalência *politológica* do “político” em detrimento da anatomia do social, isto é, do alicerce econômico” (p. 8). Reconhecer, porém, tais alicerces dista *parsecs* de qualquer reducionismo econômico. Trata-se de não recuar diante do necessário reconhecimento das condições objetivas que tornam possível o complexo político e sem rendição ao indeterminismo relativista sempre à espera de renovação. Atuando em sentido oposto, o politicismo acentua o “político” porquanto “desliga o político da raiz que o engendra e reproduz; numa palavra, na exata medida que o desqualifica enquanto político real, enquanto *dimensão de um todo*, que só pelo todo possui especificidade” (p. 8).

Chasin chegou a realizar uma análise das propostas de Saturnino Braga, então senador pelo estado do Rio de Janeiro. Tais propostas compareceram como uma espécie de contraexemplo ao “reducionismo *politicista*” (p. 33) que vigorava na oposição em 1977 – ainda que de valor não integral em razão dos limites do político fluminense. O discurso econômico de S. Braga publicado na *Folha de S. Paulo* naquele ano tinha por base, argumentou Chasin, a organização econômica angulada pelo “monopolismo de acumulação” (p. 22). Declaradamente inspirado em Keynes e Galbraith, sustentava um “capitalismo corrigido” (p. 19) pela ação do estado com protagonismo da grande empresa estatal como programa econômico “voltado para dentro” em divergência a um “modelo voltado para fora”. Numa síntese de seus avanços e insuficiências:

[...] temos o esquema básico da leitura braguista dos processos e efeitos da política econômica em vigor, do *modelo voltado para fora*. Se bem que insista sempre na conexão indissolúvel entre o concentracionismo da renda e a exteriorização da economia brasileira, e de outra parte também estabeleça a relação íntima entre o desenvolvimento de bens de consumo duráveis, dependência externa e concentracionismo, e ainda entre exteriorização e dependência externa, não se pode dizer, a rigor, nem mesmo num plano virtual, que S. Braga efetiva a síntese de todas estas correlações, apanhando de modo cabal o processo em sua inteira espessura. Impedimentos de perspectiva, moldagem teórica e o que mais seja restringem a análise, de tal forma que o sentido genético do quadro se esfumaça, e com ele o próprio caráter determinante da dependência, tantas vezes assinalada. Todavia, isto não impede que, na imediaticidade dos eventos, Saturnino monte uma equação bastante razoável, que apreende certa porção do significado principal das ocorrências e seu impasse intrínseco, apreensão que faculta, na sequência, sua conclusão programática. (CHASIN, 2000, p. 26)

O programa esboçava uma modalidade de “capitalismo de estado” (p. 36) que brilhava em contraste com a tendência politicista da oposição, ocupada exclusivamente

com o redesenho institucional por meio do qual operaria o plano político no processo e após a abertura democrática no Brasil. Para Chasin, a “questão democrática” não estaria minimamente bem colocada na ausência do solo econômico em seus debates, nem estaria corretamente apresentada na falta de uma “política econômica da perspectiva do trabalho” (p. 164) que pelo menos “rompesse com o pauperismo estrutural” (p. 166). Estaria, para ele, explícita para a condução da “questão democrática” a necessidade de uma “política econômica alternativa, esquematizada sobre modificações estruturais do sistema de produção como um todo” (p. 263), tarefa diante da qual um “capitalismo humanizado” (p. 264) e limitado a medidas volúveis no espectro do *distributivismo* mostrava-se no mínimo um “capitalismo manipulatório”, como voltaremos a tratar adiante. Por isso, mesmo na insuficiência do discurso econômico de S. Braga, o contraste resultante é auxiliar para o aprofundamento *da natureza do politicismo* conforme nosso interesse presente.

Com efeito, e em termos fundamentais, trata-se de “tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional” (p. 123). Nessa toada, vale a insistência em afirmar, agora de conjunto, que o politicismo “desmancha o complexo de especificidades, de que se faz e refaz permanentemente o todo social, e dilui cada uma das ‘partes’ (diversas do político) em pseudopolítica”. Apreende em termos práticos e teóricos “o conjunto do complexo social pela natureza própria e peculiar de uma única das especificidades (política) que o integram, descaracterizando com isto a própria dimensão do político, arbitrariamente privilegiada”. De tal modo, “consiste na liquefação da rica carnação da realidade concreta em calda indiferenciada, que é suposta como a política, enquanto não passa de uma hipertrofia do político, uma espécie de hiperpolítica”. Não faz mais do que converter a “totalidade estruturada e ordenada do real – complexo repleto de mediações – num bloco de matéria homogênea”, operando uma “bárbara amputação do ente concreto, que sofre a perda de suas dimensões sociais, ideológicas e especialmente de suas relações e fundamentos econômicos” (pp. 123-4). Em um arremate, lemos que:

O politicismo arma uma política avessa, ou incapaz de levar em consideração os imperativos sociais e as determinantes econômicas. Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais, e jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político. (CHASIN, 2000, p. 124)

Separa, pois, os fatores relacionados, corta suas ligações, inverte a ordem determinativa objetiva e apresenta a política hipertrofiada como preponderância na verdade irreal de uma desarticulação completa. Haveria aí mesmo, o que é muito importante, uma espécie de *missão social do politicismo* tomada aqui em grande angular – tema ao qual voltaremos –, isto é, a “conservação da atual fisionomia do solo econômico” (p. 133). Tomada desse modo, a variação das formas políticas ocorreu no Brasil daquele período sobre um e mesmo solo. Explicou Chasin que a “institucionalização da autocracia burguesa é a expressão jurídica do politicismo, enquanto o bonapartismo é sua expressão explicitamente armada, na exata medida em que ambos são formas (no plural) de poder político de uma mesma forma de capital, de um mesmo modo de ser capitalista, que o politicismo sintetiza” (p. 127). Está aí sua natureza conservadora que evita a todo custo “ferir o molde econômico do sistema” (p. 132).

III.

As considerações até o presente momento enlaçaram aspectos universais e particulares do politicismo. É preciso analiticamente decantá-los para melhor estabelecer sua *natureza*. Isso auxilia a demarcação dos fundamentos mais gerais, de um lado, e das peculiaridades do processo brasileiro, de outro. Devemos começar pelos mais gerais.

É desnecessário longa consideração para dizer que Chasin esteve desde aquela década inteiramente amparado “em estudos rigorosos da obra de Marx” (VAISMAN, 2023, p. 11). Tanto que jamais poderia desviar do já mencionado “caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político” (CHASIN, 2000, p. 124). Indo além disso, o filósofo brasileiro já se encontrava no esboço do quadro de uma *crítica da razão política*. Ao tratar dos limites da chamada “nova esquerda” (PSDB e PT) no final da década de 1980, teceu considerações a respeito daquele já referido “quadrilátero teórico” como “conjunto de ideias que moldam o pensamento no país” (p. 243) e que se encontrava na base da ação dos partidos ali identificados. E isso porque do conjunto extraíam “suas leituras de realidade, o inventário dos problemas nacionais e o rol de suas proposituras” (p. 255). As faíscas no céu político entre tais partidos decorriam não mais do fato de que “politicisticamente [se] tomam apenas os efeitos atribuídos a uma política econômica” (p. 272) enquanto se ignorava o solo econômico propriamente dito.

Nesse contexto, Chasin recuperou passagens decisivas das *Glosas críticas marginais* de Marx (2010) nas quais comparece posição que admite os limites do “entendimento político”. Do modo como Chasin mesmo transcreveu as passagens do Mouro de Trier, lemos que os políticos e seus partidos, mesmo quando radicais, “procuram o fundamento do mal não no *ser* do estado, mas numa determinada *forma de estado*” (CHASIN, 2000, p. 255). Isso se encontra numa posição mais ampla da crítica da política: o “entendimento *político* é justamente entendimento *da política* enquanto pensa no *interior* dos limites da política. [...] O princípio da política é a *vontade*. Quanto mais unilateral, quer dizer, pleno é o entendimento *político*, tanto mais ele acredita na *onipotência* da vontade, e tanto mais cego é em face dos limites *naturais* e espirituais da vontade, e assim incompetente também para descobrir a fonte dos males sociais” (pp. 255-6), isto é, localizados no modo de organização material da sociedade, a base objetiva sobre a qual se ergue a estrutura estatal. Chasin explicou que essa posição geral “tem particularmente tudo a ver com o *politicismo*”, especialmente na medida em que elucida a “natureza do *politicismo*, isto é, determinado como fenômeno teórico e prático, inclusive em sua face radical, instaurado e nutrido pelo universo da lógica do capital” (p. 256). Motivado pelas mesmas *Glosas*, e de modo esclarecedor, Chasin registrou em outro lugar que “Marx caracteriza [...] o molde da racionalidade política, oferecendo assim o que podemos chamar de crítica da razão política” (CHASIN, 2012, p. 56).

A crítica da razão política que as *Glosas* expressaram ancorava-se no debate que tinha por objetos principais as medidas administrativas levadas a cabo na Inglaterra, França e Alemanha diante do pauperismo, companheiro de viagem do desenvolvimento do capitalismo naqueles lugares entre os séculos XVIII e XIX. O caso mais emblemático para Marx foi o inglês, em que tais medidas variadas alçaram a concretude de uma burocracia especializada em administrar essa pobreza estrutural. Do conjunto, Marx extraiu tendência geral demarcada como “entendimento *político*” limitado em seus próprios volteios internos e sem reconhecer que os “males sociais” presentes têm fonte num modo de produção peculiar e não em um método de sua administração.

Isso é algo, para Chasin, próprio do politicismo que se liga, como dito antes, ao “universo da lógica do capital”, o politicismo como síntese do “modo de ser capitalista”. Adicionalmente, é claramente para ele “um passo ideológico de raiz liberal” (p. 124), forma de consciência pertencente ao “universo epistêmico liberal” (p.

157) e não mais do que uma subsunção “ao universo teórico do capital” (p. 161). Em outro material igualmente decisivo, Chasin chegou a sublinhar que o “politicismo é intrínseco à ordem do capital” e, por isso, para essa forma de consciência a “ordem econômica é natural, a ordem política é o que resta para o homem configurar, e esta é decisiva, molda a convivência e realiza a justiça” (CHASIN, 1999, p. 38). Dito de outro modo, para nosso autor o politicismo viceja a partir da ordem do capital em geral, possui traços universais porque é uma forma de consciência necessária a um modo contraditório de produção, uma falsidade socialmente necessária como um tipo de resposta cuja possibilidade de influenciar se expressa na potência em ditar rumos aos insanáveis conflitos fundamentais que brotam do modo particular de produção e distribuição da riqueza.

O itinerário da pesquisa empreendida por nosso autor destacou tanto a presente categoria do politicismo quanto a da *politicidade* antes apenas referida. O caminho percorrido por ele no enlace entre os estudos dos materiais de Marx e o assédio provocado pela particularidade brasileira fez brilhar primeiramente os “fenômenos concretos do politicismo” (VAISMAN, 2023, p. 11) porque são mais imediatos. Logo, a investigação continuada levou o filósofo à mais ampla “categoria da politicidade, que passa a fundamentar a noção de politicismo” (p. 14). A primeira guarda claramente uma conotação tópica e prática da vida social. Essa dimensão, que também é exercitação, foi historicamente tomada não como índice de problema e contradição, não como a “administração do domínio de uns sobre os outros” (CHASIN, 2000, p. 291). Ao contrário:

a politicidade, em seus traços mais gerais, tem sido concebida e afirmada ora como remédio para aplacar o egoísmo natural do homem, ora como realização universal de sua racionalidade. Em ambos os casos e independentemente dos modos específicos como foi e tem sido compreendida, ela é concebida, e por isso é cultuada, como um atributo necessário e fundamental para a manutenção das sociabilidades imperfeitas ou cindidas, incapazes de autossustentação a partir de suas próprias energias (VAISMAN, 2023, pp. 7-8).

Estabeleceu-se historicamente uma “concepção ontopositiva da politicidade, de larga tradição, pois remonta ao mundo antigo”. Tal concepção tem desenlace em “seu corolário, o politicismo”, sendo este mais concreto, como dito, mas também a nós mais contemporâneo por desdobramento da ordem do capital. No amálgama que formam, ambos “contribuíram para o processo de “destituição do humano”, na medida em que tanto sua prática quanto a sua reflexão deixam intocadas as raízes da perpetuação das formas estranhantes que, por seu turno, permeiam as relações entre indivíduo e

sociedade, sobretudo na contemporaneidade e nas formações sociais ora existentes” (VAISMAN, 2023, p. 10). Mais concreto e contemporâneo, o politicismo teve “gênese e desenvolvimento” enquanto “fenômeno identificado por Chasin como característico da longa história da concepção positiva da categoria de politicidade” (p. 12), mas também, em termos coetâneos, o “politicismo, no século XX, [foi] fabricado primeiro em nome e depois contra Marx, em especial como consequência das inviabilidades originárias do Leste europeu. A forja da falsidade a partir do que foi o duplo sistema do capital. O politicismo, pois, como herança mais “natural” e funesta de um século radicalmente problemático e contraditório” (CHASIN, 1999, p. 38). Entre as “razões que levaram ao apogeu do politicismo ao longo do século XX”, que “permanece nessa condição até os dias de hoje”, encontram-se a “falta de perspectiva de revolucionamento do modo de vida”, a “ausência de qualquer visualização de dias diferentes, ou seja, devido ao futuro ausente” (VAISMAN, 2023, pp. 12-3).

O quadro dos traços gerais não estaria completo na ausência de dois aspectos complementares. Poucas pinceladas bastam para dar a tonalidade e espessura devidas.

O primeiro é o *distributivismo* citado anteriormente. Chasin (2000) explicou que o “malfadado distributivismo de extração neorricardiana é coisa muito antiga, cuja crítica e repúdio também são muito mais do que centenários” (p. 265). O filósofo brasileiro recuperou a crítica de Marx presente nos *Grundrisse* com o fito de jogar luz aos problemas envolvidos na análise da distribuição e um programa político nela baseado. Nessa direção, escreveu que a “utopia distributivista tem por suposto a falácia da desidentidade de caráter entre o processo produtivo e o processo distributivo”. Nessa falácia, “enquanto a produção participaria do estatuto dos objetos naturais, a distribuição seria uma questão institucional”. A crítica de Marx a esse entendimento destacou que há, na verdade, um nexos entre produção e distribuição em que a primeira aparece como elemento preponderante de um todo articulado e que, tão importante quanto, ela própria já é em si uma dada distribuição dos meios de produção da riqueza. Assim, seria de fato

impossível constituir o distributivismo como tese ou proposta sem quebrar a unidade da relação entre produção e distribuição, e sem assumir a distribuição como matéria político-institucional, isto é, sem desintegrar esta última do plano econômico, ao qual pertence como momento. Em suma, sem transgredir absurdamente na ideação e pelo sonho a malha real das articulações que efetivam o sistema de produção capitalista (CHASIN, 2000, p. 266).

O *distributivismo* é, assim, um limite de horizonte do politicismo, uma vez que

desloca para o plano político-institucional algo que decorre da própria raiz dos problemas identificados. Opera, no caso, uma miopia útil por meio da qual fortalece e vai além da antiga naturalização da economia capitalista. Não é acaso que o distributivismo apareça na crítica de Marx, nos *Grundrisse*, tomando como exemplo a forma mais acabada tal como no “sincretismo” de Mill (ao qual voltaremos adiante), mais tarde assim denominado nas páginas de *O capital*, orientado a “conciliar o inconciliável” (MARX, 2013, p. 87).

O segundo aspecto é a *manipulação*. Esse aspecto surge, talvez, como a face mais visível do modo de exercitação do politicismo. Se o “politicismo é intrínseco à ordem do capital”, como dito, então é potencializado, podemos dizer, num “capitalismo manipulatório” (CHASIN, 2000, p. 111). Mesmo porque a “inteligência da manipulação é a inteligência da burguesia contemporânea” (p. 174). Como no ideário politicista o impulso de transformação é castrado, resta a operação prática dos mecanismos e fatores mais superficiais disponíveis para realizar determinados resultados imediatos. Por isso é importante dizer que manipular não é meramente redutível à acepção comum do termo. Como explicou Chasin:

Manipulação inclui ou implica, mas não é redutível a empulhação. Sem dúvida, subentende aguda redução de senso e renúncia deliberada a qualquer critério objetivo de verdade. Esta, de fato, é substituída por finalidade prático-imediatas. Em realidade visa e opera o livre rearranjo tópico eficiente dos fatores em presença, ou seja, limita a prática ao sentido da imediaticidade. A atividade manipuladora resulta, portanto, numa mudança que sustenta e reafirma a natureza da estrutura e dos fatores que a integram, reproduzindo os lugares sociais dos atores no complexo, sem variação de qualidade. Enganadora sim, não por isso menos real e eficiente. Em síntese, subjetiva e objetivamente a prática manipuladora é antitética à prática da transformação. (CHASIN, 2000, p. 174)

O exercício da manipulação é o reflexo mais claro da eficácia objetiva do politicismo como “administração do domínio” (CHASIN, 2000, p. 291). E nisso se veem os elos dos aspectos aqui evocados: ao cortar o plano político do econômico e acentuá-lo, o horizonte se fecha no distributivismo como finalidade imediata realizável por meio do exercício manipulatório dos mecanismos existentes sem que, com isso, ameace alcançar a raiz material dos problemas identificados.

IV.

Uma vez destacados os traços gerais, devemos decantar analiticamente os traços mais particulares por referência ao processo brasileiro de formação do

capitalismo. A questão de fundo é a determinação da peculiaridade do politicismo no país. Nessa direção, cabe levar em conta o traçado mais essencial da *via colonial* como forma não clássica de objetivação do capitalismo, de presença decisiva da “grande propriedade rural”, de “reformismo pelo alto” como processo de modernização conservadora que impôs “solução conciliadora no plano político imediato” (CHASIN, 2000, pp. 15-6). Toma-se isso, pois, “exclusivamente enquanto particularidade, portanto, como mediação necessária e objetiva entre a universalidade do capitalismo e determinadas singularidades”. E foi a partir do “quadro do capitalismo que se põe pela *via colonial*” que o filósofo brasileiro considerou a “*politicização da totalidade*” (pp. 17-8).

E aqui nos interessam os aspectos essenciais da questão, os quais se mostram no caráter débil do processo de objetivação do capitalismo no Brasil. Para o filósofo brasileiro o próprio caráter politicista da oposição no país de certo modo espelhava a “*debilidade* do modo de produção capitalista no Brasil, em especial do modo especificamente capitalista de produção, que precisamente se singulariza pelo capital industrial. Fraqueza por gênese histórica que é particularmente aguda no que tange à classe [burguesa, no caso] que em seu bojo supostamente deveria ocupar o espaço hegemônico”. Isso refletiria a própria particularidade da objetivação da *via colonial* para o capitalismo, isto é, o “caráter *híper-tardio* da entificação histórica do capital industrial” (p. 34) no país.

Não sendo uma questão meramente cronológica em relação aos processos de outros países (especialmente de *via clássica* na Inglaterra e França, e prussiana, na Alemanha), importa o registro de que “a *industrialização híper-tardia* se realiza já no quadro da acumulação monopolista avançada, no tempo em que guerras imperialistas já foram travadas, e numa configuração mundial em que a perspectiva do trabalho já se materializou na ocupação do poder de estado em parcela das unidades nacionais. [...] além de seu atraso no tempo, dando-se em países de extração colonial, é realizada sem que estes tenham deixado de ser subordinados das economias centrais”. Nesse quadro geral é que situou historicamente o capital industrial atrofado e uma burguesia de debilidades e incompletudes, “despojada de “ilusões humanitárias”, e especialmente tolhida por fronteiras objetivas e subjetivas que demarcam seu estreito espaço histórico” (p. 35).

A análise do caráter da *via colonial* é mais extensa, rica e nos levaria muito longe. O importante aos nossos propósitos é o reconhecimento de que o politicismo

ganha tonalidades peculiares em acordo com as formas particulares de objetivação do capitalismo. O próprio caráter débil do processo brasileiro e da burguesia nele esboçada já nos habilitam a identificar a linha de conexão. No caso brasileiro:

A nossa burguesia, para quem o liberalismo econômico (a livre troca para sustentar e ampliar sua própria natureza exploradora, através da associação crescente com a exploração hegemônica e universalizante do capital externo) foi sempre apropriado e conveniente, nunca pôde, nem sequer poderia ter aspirado a ser democrática, tem no politicismo sua forma natural de procedimento. *Politicista e politicizante*, a burguesia brasileira, de extração pela via colonial, tem na forma da sua irrealização econômica (ela não efetiva, de fato e por inteiro, nem mesmo suas tarefas econômicas de classe) a determinante de seu *politicismo*. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe. Incompletude histórica de classe que afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são geneticamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável. (CHASIN, 2000, p. 124)

O politicismo da burguesia é determinado por sua incompletude de classe que decorre da debilidade do processo de inacabamento congênito do capitalismo no Brasil. Incompletude que não deve ser confundida com fraqueza. Vemos isso precisamente no exercício prático do politicismo, cuja missão social e eficácia material se fundiram na própria objetividade histórica nacional:

O *politicismo* atua neste contexto, enquanto produto dele, como freio e protetor. Protetor da estreiteza econômica e política da burguesia; estreiteza, contudo, que é toda a riqueza e todo o poder desta burguesia estreita. Efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica, e aparentemente expõe o político a debate e ao “aperfeiçoamento”. Portanto, atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado. (CHASIN, 2000, p. 124)

Inspirado nessa última colocação, Rago Filho (2004) sublinhou a missão do “politicismo burguês – freio e protetor de sua estreiteza econômica”, qual seja, o “desfibramento de uma oposição consequente ancorada numa alternativa econômica da perspectiva da lógica onímoda do trabalho” (p. 160). *Missão social realizada* de fato na figura do “velho ardil do politicismo burguês, no desarme da oposição para o enfrentamento da questão nacional, marginando a sua ação na esfera do político, no “aprimoramento das instituições” (p. 161).

A missão social e seus efeitos práticos, bem entendidos nos termos da apreensão materialista (PAÇO CUNHA, 2023), podem ser adequadamente extraídos da análise de realidade do período entre 1964 e o final dos anos de 1980. Em síntese,

explicou Chasin que a burguesia brasileira havia encontrado seu ponto mais alto de desenvolvimento a partir daqueles anos. Foi capaz de mostrar também suas características essenciais tanto pela adesão ao *bonapartismo* quanto pelo direcionamento das possibilidades limitadas ao “aperfeiçoamento institucional” em detrimento de alterações mais estruturantes na política econômica:

Politicista por essência de sua formação histórica, a burguesia, a partir de 64, já com ampla consciência para o manuseio ativo desta sua característica intrínseca, e em progressivo aperfeiçoamento, converteu-a em recurso estratégico, que se manifesta, desde o discurso de posse de Castelo, até o momento atual da autorreforma do sistema, alcunhada de “abertura”, engolfando, por inteiro, neste estratagema, o conjunto das oposições. Numa palavra, fez com que estas adotassem o princípio politicista, no que é, em grande medida, um arrastar das oposições ao campo ideológico do sistema. (CHASIN, 2000, pp. 124-5)

De tal modo, tanto para o “sistema e oposições” o “politicismo corresponde à faixa de segurança onde se movem em terreno próprio. Para além deste ficam as perspectivas das massas trabalhadoras, as únicas que poderiam e estão interessadas em romper o politicismo”. A abertura democrática, lenta e gradual, foi se confirmando como um trânsito do “bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa”, limitando o horizonte ao “aperfeiçoamento institucional” (p. 125). Entre 1978 e 1980, as massas trabalhadoras “introduziram o argumento concreto das greves”. As massas “forçaram o tecido lasseado, esgarçaram-no, romperam-no em alguns pontos; em suma, dilataram as fissuras do sistema. Mas foram impedidas de prosseguirem: pelo sistema e pelas oposições”. Entraram em concorrência e conflito a “fala das massas e a fala das frações monopolistas: desde logo, falas radicalmente distintas; propostas de ação qualitativamente opostas”. As frações monopolistas mais importantes do capital e suas conexões com o capital internacional, temerosas em perder seus anéis e dedos, “parolavam pelo “aperfeiçoamento das instituições”. Na velha linha e na velha forma. Politicismo!”. Do outro lado, interessava às massas “romper, portanto o politicismo, fazendo prevalecer os conteúdos de raiz, na forma de um movimento das bases. Pela ação das bases atingir a raiz do sistema”. Esse movimento das massas trabalhadoras, “que se verificou entre 78 e 80, ameaçou fletir o percurso, negando o politicismo e abrindo caminho para a política, para o historicamente novo. Nisto se mostrou, como por vezes ocorre nas lutas sociais, à frente dos partidos políticos, mas seus esforços foram baldados”. O desfecho do processo se deu pela vitória do politicismo, do “historicamente velho, por iniciativa do sistema e pelo concurso das oposições

partidárias”, de modo que, “predominando o velho politicismo, a travessia, partindo do bonapartismo, desemboca, sem alternativa, na institucionalização da autocracia burguesa” (p. 125).

Não por acaso, os anos 1980 testemunharam, na sequência da transição, uma exercitação da *manipulação econômica* por meio do Plano de Estabilização. Tratou-se de medida, como Chasin notou, que desfavorecia o trabalho, não assegurava “qualquer vantagem estruturalmente corretiva, nem mesmo sob o aquecimento geral da economia” (p. 172). O diagnóstico foi quanto ao “espírito do impasse ou da inviabilidade”, quer dizer, evidência objetiva da “inviabilização tornada universal do capitalismo como agente transformador, que se reforça e peculiariza na periferia pela incompletude de classe do capital subalterno”. Donde modernizar-se arcaicamente ou montar seu desenvolvimento sobre a cabeça de operários atrasados não é para o capital atrofico uma tragédia, nem mesmo um voluntarismo, mas a fiel atualização de sua verdadeira potência”. Ou melhor, reflexo de “sua impotência congênita (oposta ao do capital clássico) para a transformação e autotransformação”. Na medida em se mostra “incapaz de identidade transformadora, põe-se como figura transformista” (pp. 173-4). Fica em evidência a peculiaridade da manipulação no capitalismo atrofico. Nisso se vê a “miséria de fundo do capital incompleto e incompletável – converte transformação em manipulação” (p. 174).

E já chamamos a atenção para o sentido geral da manipulação como atividade no quadro do politicismo. Aqui cabe enfatizar a peculiaridade na miséria brasileira em comparação com a manipulação nas economias centrais de então. Como explicou Chasin:

A inteligência da manipulação é a inteligência da burguesia contemporânea. Neste grau de generalização as burguesias subordinadas da periferia não constituem exceção ou figura negativamente privilegiada. O predicado negativo que as especifica está em que, da lógica universal de suas necessidades, carecem precisamente da inteligência de transformação que nunca tiveram nem podem vir a ter. Dito de outro modo, a inteligência manipuladora é para as burguesias centrais, hoje [1986], a forma substitutiva da sua inteligência de transformação de ontem, enquanto para as burguesias periféricas é a expressão da sua única inteligência. Enquanto para a burguesia universal a inteligência da manipulação é uma forma particular de inteligência, para a burguesia particular ela é sua inteligência universal. De modo que ao capital subordinado é dado participar do senso restrito do capital em geral de hoje, sem ter nunca participado, e sem que possa vir a participar, do senso irrestrito do capital em geral de ontem. Ou seja, enquanto a inteligência manipuladora é a reprodução possível da completude da burguesia do centro, na periferia é a produção da integralização impossível do

capital subordinado. (p. 174)

Importante registrar que a manipulação não é um “fenômeno restrito”. Ao contrário, “permeia o conjunto da formação em que se manifesta”, como mostra o próprio caso brasileiro. Vale dizer que esse caso particular ajuda a demonstrar que o “critério de identidade da manipulação” é “desentender e recusar o que a transformação exige” (p. 176). Naquele contexto dos anos 1980, ficou revelado que é o exercício do politicismo que “deprava toda transformação necessária em manipulação efetiva” (p. 176).

Virou a década e o velho politicismo foi renovado no país. Sua peculiaridade também se revelou pela análise das esquerdas, sobretudo da assim chamada “nova esquerda” e seu percurso, não necessariamente sereno, rumo ao “ardil do politicismo”. Um diagnóstico decorre da gênese das esquerdas no país. Vale o destaque do caráter débil da formação capitalista e da incompletude da classe burguesa. Nessa direção, a esquerda brasileira “não nasceu contra a cabeça e o corpo de um antigo revolucionário. Não se deparou com uma entificação histórico-social integralizada. Viu-se em face da integralização histórico-social de um inacabamento”. Ela nasceu “submersa no *limbo*, entre o inacabamento de classe do capital e o imperativo meramente abstrato de dar início ao processo de integralização categorial dos trabalhadores”. Entre as possibilidades de transformação social efetiva e o “credo na finalização necessária do capital, é arrastada para o *objetivismo* da empreitada que visa à última. É a subsunção aos nexos mortos do que fora a lógica do capital conclusivo. É a submissão à lógica extinta do ideário liberal. No caso, duas vezes morta: a primeira vez, enquanto cadáver ideológico da própria burguesia de “tipo europeu”; a segunda, enquanto fantasma de empréstimo do *conservantismo civilizado*, boneco “liberal” na ventriloquia da autocrática burguesia brasileira” (pp. 159-60).

O politicismo daí exercitado ecoou a impossibilidade da completação como o imperativo a ser cumprido. No fundo, é o esforço de convencimento de amplas classes sociais de que o não realizável é preferível e, por isso, jamais pôde colocar em questão as “condições de possibilidade da democracia em países de extração colonial”. Nisso se revela a limitação do ideário politicista que, no caso, “não atina para a natureza específica do solo em que pisa, nem para a peculiaridade de postura e encargo que este chão dela demanda e a ela confere” (p. 159). É uma “atrofia da consciência” à qual faltaria, entre outras coisas, o “sentido da determinabilidade da produção e reprodução da entificação social” (p. 162). Exala um “servilismo teórico” cujos

“padrões de reflexão, avulta e predomina um reduzido arsenal de conceitos, originário do universo epistêmico liberal, que se dá a conhecer pelas teorias da dependência e da marginalidade e pelas críticas ao populismo e ao autoritarismo” (p. 157).

Destacam-se os ideários dos partidos que, naquele momento, se igualizavam pelo “pragmatismo politicista” tal como “organizações políticas que ocupam posições *na esquerda* do arco político do capital” (p. 231). De um lado, a vertente “tecnocelitista” de “feição mais racionalística e tecnocrática do politicismo”, o modo “elitista e higiênico de calcular e prover a distribuição da justiça social” (p. 256). Do outro lado, a “vertente plebeia” ou “popular do social-democratismo” (p. 299), farejando um imaginário “capitalismo mais justo e humano, supostamente realizável por atos certos da vontade política” (p. 264).

Cada uma ao seu modo, as vertentes sucumbiam ao “ardil da completação do capital” (p. 264). Cada qual orbitou as pretensões *distributivistas*. E como vimos, o distributivismo é um limite em geral do politicismo. E isso se confirma no caso brasileiro, no já referido “arco político do capital” então presente. Nesse contexto de renovação de antigas proposituras já devidamente criticadas, a “reposição da utopia distributiva, nos dias [então] correntes, tem por arcabouço alguns dos equívocos mais graúdos do pensamento matrizado pela lógica do capital. Com a agravante de que se trata de um passo regressivo, um convite a fazer música do futuro com uma partitura vencida do passado, algo como executar uma sinfonia com instrumentos de brinquedo”. E isso se mostrava de modos variados, incluindo na propositura da vertente plebeia de tomar dos “ricos para dar à sofrida classe trabalhadora, sem jamais tentar dizer através de que mudanças substanciais no aparato da produção”. Mesmo que o enunciado distributivista seja repleto de boa vontade, ele tem o “valor objetivo de uma bolha de ar lançada ao turbilhão dos ventos” (p. 266).

O predomínio do ideário politicista possui, obviamente, suas fissuras. O contraexemplo antes visto, daquele discurso econômico de S. Braga, ainda que limitado em seus próprios termos, forneceu algumas pistas. O mesmo se pode dizer do discurso econômico e da postura política de um Leonel Brizola, em “nítido contraste” (p. 268) com as vertentes elitista e plebeia aqui consideradas brevemente, sem desconsiderar igualmente seus “limites e inconcludências” (p. 269). O que não foi suficiente para contrabalancear a eficácia do politicismo, seu horizonte distributivista e sua exercitação manipulatória também na particularidade de uma incompletude incompletável.

A análise de realidade cobriu os anos seguintes, nos quais revigorou-se a “crença nas virtudes do mercado” como uma espécie de “mergulho para trás” (p. 199), para a era pré-keynesiana mesmo. Chasin chegou a levar em conta que o “neoliberalismo não é mera retomada doutrinária, decorre das vicissitudes do capital destrutivo e estagnado”, facultando uma “ressurreição liberal” como “ponto culminante de uma reorganização planetária do capital” (p. 200). De Collor a FHC, a vitória do politicismo estava já bastante ensaiada para não ser executada. A limitação em horizonte e a tarefas imediatas, em suma, aprisionados no volteio do politicismo, o eterno ajuste político não se mostrou apto a dar respostas à altura da necessidade objetiva. Optou-se por “humanizar o capital” (p. 215), por abraçar o “politicismo voluntarista e seu correlato, o emprego tático do discurso teórico, com todo o desdém pelos critérios objetivos de verdade” (p. 300). Perdurou, assim, um “pavoroso deserto ideológico” (p. 254) na miséria brasileira.

V.

Feitas as devidas considerações a respeito da natureza do politicismo em seus traços gerais e particulares, passa a ser do nosso interesse retomar brevemente alguns dos seus aspectos essenciais para análise complementar. Temos em mente a gênese, a missão social e componentes do politicismo na figura de seus dois núcleos: o político e o econômico.

Começamos pela retomada de sua gênese. Vimos que a gênese do politicismo tem ancoragem em alguns fatores. Além de decorrer daquela longa trajetória da concepção positiva da categoria da politicidade, teve fabricação num contexto de consolidação do então duplo sistema do capital. Desenvolveu-se a partir dali como resultado problemático herdado que cortou todas as décadas seguintes, galgando força na ausência de possibilidades objetivas e subjetivas de autêntica *transformação para frente*. Há outros fatores objetivos condicionantes a serem observados.

Nesse mesmo sentido da gênese e desenvolvimento, devemos reconhecer as modificações pelas quais passou uma estruturação estatal em correspondência ao desdobramento do modo de produção. Dois pontos correlacionados são particularmente importantes e podemos identificá-los também nos materiais de Marx visitados por Chasin. Um deles diz respeito ao exemplo da formação de uma estrutura administrativa destinada à regulação do pauperismo nas condições da Inglaterra consideradas por Marx na redação das *Glosas* antes referidas. Pretendemos iluminar

especificamente a questão para a qual aponta as chamadas “falhas administrativas” (MARX, 2010, pp. 33ss). Antes disso, cabe destacar outro ponto referente à conexão mais geral entre o desenvolvimento do capitalismo e as crescentes tarefas estatais.

É exigência reconhecer que inúmeras medidas estatais estiveram intrinsecamente relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo. Do uso da violência concentrada às medidas legais, seja como freio à potência destrutiva do capital ou como canalização para sua reprodução e alavanca para seu avanço, são incontáveis os exemplos colecionados pelo próprio Marx em *O capital*, para citar um material, e não vem ao caso repeti-los. Importa o destaque de que ampliação das funções estatais é, em geral, uma constatação empírica para a qual muitas correntes não puderam fechar os olhos – independentemente de suas posições normativas na avaliação dessas funções. Costumam desviar o olhar, entretanto, para o sentido objetivo e mais ao fundo dessa conexão superficialmente observável. Para a essência mesma da relação, seria possível afirmar que a estruturação estatal em sua reciprocidade com o movimento do capital funcionou como *mediação* – aqui em largo sentido, como *resultado* e *resposta*, como *produto ativo* – da generalização da produção de mercadorias. Há de fato uma mútua dependência estrutural entre estado político, suas tarefas e medidas, de um lado, e a economia capitalista, suas legalidades mais básicas e os conflitos ensejados, de outro.

Sobre esse ponto, há uma passagem pouco visitada dos *Grundrisse* na qual Marx discutiu as aproximações e contrastes entre o norte-americano Carey e o francês Bastiat, levando-se em conta os estágios de desenvolvimento do capitalismo em seus respectivos países e como isso condicionaria as formas de consciência das quais tais autores eram portadores. Devemos destacar a consideração sobre o economista da Filadélfia, segundo nossos propósitos. Nessa toada, Carey insistia que todos os efeitos perturbadores sobre as assim consideradas *naturais relações da sociedade* decorriam da influência do estado, suas medidas e intervenções. Marx explicou o procedimento do economista norte-americano. Para este, o “salário, por exemplo, cresce naturalmente com a produtividade do trabalho. Se achamos que a realidade não corresponde a essa lei, temos unicamente de abstrair a influência do governo, impostos, monopólios etc., seja no Hindustão, seja na Inglaterra”. São as influências estatais que impediriam o pleno funcionamento das “leis harmônicas da economia burguesa”. “Naturalmente”, ponderou criticamente Marx na sequência, “Carey não investiga em que medida essas próprias influências estatais, dívida pública, impostos

etc., têm origem nas relações burguesas – e, por conseguinte, na Inglaterra, por exemplo, de modo algum aparecem como resultados do feudalismo, mas de sua dissolução e superação, e [que] na própria América do Norte cresce o poder do governo central com a centralização do capital” (MARX, 2011, p. 29).

A importância da passagem está, entre outras coisas, em atender ao nosso propósito de sublinhar que, num plano mais geral, as influências estatais decorrem da própria economia capitalista. Na Inglaterra, como caso emblemático para o desenvolvimento do capitalismo, tais influências surgiram e aumentaram com a dissolução e superação do modo de produção feudal. Nos Estados Unidos, por outro lado, país em que não houve previamente um tal feudalismo, em que o estado jamais “pôde ter a pretensão de ser um fim em si mesmo” e no qual combinaram-se as “forças produtivas de um velho mundo com o imenso terreno natural de um novo” (p. 28), essa relação geral se revelou na conexão entre, de um lado, o crescimento do “poder do governo central”, com suas tarefas e medidas, e, de outro lado, a “centralização do capital” e suas decorrências. Vale insistir no sentido da conexão, segundo o qual a rápida acumulação do capital criou as condições para uma maior potência estatal.

Seja por uma *via clássica* ou *americana*, guardadas as suas peculiaridades, o desenvolvimento e estruturação estatais como resposta ao desdobramento histórico do modo de produção capitalista surge como condição de conjunto (estrutural e superestrutural, poderíamos mesmo dizer) para aquele “entendimento político” ou “razão política”, ou ainda simplesmente *politicismo*. Este não teve gênese numa manifestação de vontade, mas no crescente exercício prático das medidas estatais enquanto respostas à dinâmica desse modo de produção. Em outras palavras, o politicismo, como forma de consciência, é uma espécie de subjetivação mediada pela *exercitação* progressiva de “administração do domínio de uns sobre os outros”, exercitação enquanto um campo de práticas possíveis e que, portanto, teve num dado estágio de estruturação estatal sua condição inicial de arranque. Uma vez possibilitada, essa forma de consciência é *atuante* sobre a própria estruturação e sobre as medidas desenvolvidas e implementadas na direção de influenciar a economia capitalista dentro de certos limites e com resultados variados.

Como ilustração, voltemos ao caso inglês na discussão das *Glosas* em que importava destacar a vinculação entre a existência do pauperismo e a estruturação de medidas de administração para seu disciplinamento. A burguesia inglesa, o governo e a imprensa compreendiam o pauperismo no volteio típico do politicismo como forma

de consciência *ativada* a partir do problema fático e, ao mesmo tempo, *ativa* sobre ele. Vemos isso no caso dos partidos que atribuíam à política do adversário a causa do pauperismo e nenhum deles sonhava “com a reforma da sociedade” (MARX, 2010, p. 30). Lá também, escreveu Marx, a “expressão mais categórica da compreensão inglesa do pauperismo – continuamos falando da compreensão própria da burguesia e do governo ingleses – é a *economia política inglesa*, isto é, o reflexo científico das condições em que se encontra a economia inglesa” (pp. 30-1). E qual era então a “compreensão inglesa do pauperismo”, de suas causas fundamentais? Um entendimento político rombudo, míope às condições fáticas dos trabalhadores nas condições fabris e habitacionais daquele tempo e lugar, explicou Marx, capaz de, pela imprensa, atribuir a revolta nessas condições à educação formal negligenciada que produz o trabalhador sem o conhecimento necessário à resignação, que “não compreende as “leis naturais do comércio”, leis que necessariamente o degradam ao pauperismo” (p. 32). Um entendimento político que também atribuiu as causas do pauperismo à “falha de administração”, redundando em reformas administrativas e novas legislações, em ainda mais novas reformas e legislações. O desenlace do processo foi a continuidade de medidas destinadas a administrar o pauperismo. Estruturou-se, assim, uma “administração ramificada e bastante ampla” diante do pauperismo para “*discipliná-lo*” e “*perpetuá-lo*” (p. 35).

Marx ainda considerou as ocorrências na França e na Alemanha. Somados os pontos, concluiu que “*todos* os estados buscam a causa nas falhas *casuais* ou *intencionais* da *administração*, e, por isso mesmo, em medidas administrativas o remédio para suas mazelas. Por quê? Justamente porque a *administração* é a atividade organizadora do estado” (p. 39). Dessa posição, não pode “acreditar que a impotência seja inerente à sua administração, ou seja, a si mesmo. Ele pode *tão somente* admitir deficiências formais e casuais na mesma e tentar corrigi-las” (p. 40). Já sabemos que a razão política não busca a causa essencial das “mazelas sociais” na “*atual organização da sociedade*”, pois o “entendimento *político* é entendimento *político* justamente porque pensa *dentro* dos limites da política” (p. 40). Para Marx, o “período *clássico* do entendimento político é a *Revolução Francesa*” que, não indo à organização da sociedade, enxergou “nas deficiências sociais a fonte das irregularidades políticas” (p. 41). Com isso podemos rastrear a gênese do politicismo no ponto em que o modo de produção capitalista já alçou dado desenvolvimento, para o qual uma dada estruturação estatal é a resposta geral e simultaneamente o campo de

desenvolvimento de respostas na forma de medidas administrativas diante do assédio dessa vida econômica de uma sociedade historicamente determinada.

A gênese é um aspecto fundamental também por já colocar a necessidade social historicamente envolvida. O politicismo, como nos parece, também responde precisamente à exigência de administração da economia e das suas contradições que se manifestam por meio dos conflitos essenciais – lembremos do exemplo acima que ele engolfa partidos, governo, imprensa e mesmo as expressões científicas como a economia política. A luta classista foi sem dúvida um fator condicionador para o período clássico do politicismo na França e igualmente funcionou para seu posterior desenvolvimento, não sem adições de novas camadas, nos dois séculos seguintes.

Vemos isso novamente no caso inglês em que, não por acaso, também foi palco para o alcance de um ponto alto de elaboração do *distributivismo* que consideramos anteriormente, especialmente na figura de J. S. Mill. Também não é casual que esse mesmo economista político, com seu *Princípios de economia política* de 1848, apareça como um dos grandes portadores dessas ideias em síntese. A letra de Mill nos serve aqui para novamente tematizar a questão do distributivismo como uma “grosseira disjunção entre produção e distribuição e [...] da sua relação efetiva” (MARX, 2011, pp. 42-3). Como explicou Marx, para os economistas:

[...] a produção deve ser representada – veja, por exemplo, Mill –, à diferença da distribuição etc., como enquadrada em leis naturais eternas, independentes da história, oportunidade em que as relações *burguesas* são furtivamente contrabandeadas como irrevogáveis leis naturais da sociedade *in abstracto*. Esse é o objetivo mais ou menos consciente de todo o procedimento. Na distribuição, em troca, a humanidade deve ter se permitido de fato toda espécie de arbítrio. (MARX, 2011, p. 42)

O procedimento é de naturalização das relações sociais que fundamentam a economia capitalista, deixando apenas o momento da distribuição (dos produtos, serviços) como passível de alterações. Entendemos que esse procedimento é característico para todo pensamento econômico dominante (PAÇO CUNHA, 2024), destinado a apresentar a “ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente transitório de desenvolvimento” (MARX, 2013, p. 85). Essa forma de consciência foi profundamente afetada pelo crescente conflito social, especialmente pela “revolução continental de 1845-1849” que “repercutiu também na Inglaterra” (p. 86). Marx explicou que alguns porta-vozes intelectuais se dividiram em duas correntes naquelas circunstâncias. “Uns, sagazes, ávidos de lucro e práticos, congregaram-se sob a bandeira de Bastiat, o representante

mais superficial e, por isso mesmo, mais bem-sucedido da apologética economia vulgar” (p. 87). Outros, “que ainda reivindicavam alguma relevância científica e que aspiravam ser algo mais do que meros sofistas e sicofantas das classes dominantes, tentaram pôr a economia política do capital em sintonia com as exigências do proletariado, que não podiam mais ser ignoradas. Daí o surgimento de um sincretismo desprovido de espírito, cujo melhor representante é Stuart Mill” (p. 86). Sendo estes últimos porta-vozes “orgulhosos da dignidade professoral de sua ciência, seguiram J. S. Mill na tentativa de conciliar o inconciliável” (p. 87).

Não vem ao caso discutir as diferenças entre a economia política clássica, a economia vulgar, a tendência socialista e a tendência histórica alemã, entre outras correntes presentes ao tempo de Marx. Interessa-nos mais de perto o *sincretismo* na figura de Mill e de seus seguidores como portadores de uma forma de consciência científica. O esforço ali presente foi o de sintonizar os interesses do capital e do trabalho, de “conciliar o inconciliável”, nos termos antes empregados. Trata-se, argumentamos, de uma camada adicional àquele procedimento de afirmar o modo de produção capitalista como algo natural, não histórico. Fica sugerida uma espécie de resposta às forças em conflito de modo a remediá-las, conciliá-las.

Também não é mero acaso que precisamente com Mill tenha se desenvolvido a admissão das “funções governamentais necessárias e optativas” (MILL, 1996, p. 369). O esquema geral, ainda que não plenamente desenvolvido, já pressupõe em esboço um tipo de *intervencionismo estatal calculado*, pois se admitem ao menos superficialmente as contradições da economia capitalista para as quais surgem medidas que visam a harmonizar as forças em conflito. Também não é por acaso que foi na figura desse mesmo porta-voz que o distributivismo alçou um ponto alto de desenvolvimento, como vimos anteriormente. Estavam assim reunidos alguns dos aspectos centrais do politicismo: a naturalização da economia capitalista, o distributivismo e a manipulação em esboço. Ainda que faltasse o acabamento dos elementos dessa manipulação e um discurso politizante e englobante – ambos produtos do século seguinte –, uma nova camada de missão social estava com seus contornos reconhecíveis para além da naturalização da economia capitalista e de suas relações sociais essenciais.

Nos limites que um texto como este impõe, admitimos a presença de dois núcleos do politicismo. Por um lado, temos o discurso politizante no século XX que foi, como já dito, “fabricado primeiro em nome e depois contra Marx, em especial como

consequência das inviabilidades originárias do Leste europeu. A forja da falsidade a partir do que foi o duplo sistema do capital” (CHASIN, 1999, p. 38). Visando ao todo social, o *núcleo político do politicismo*, por assim dizer, reflete-se precisamente na hiperacentuação da política, como já discutimos anteriormente, e não é necessário provocar redundâncias.

Por outro lado, é possível reconhecer traços de certo *núcleo econômico do politicismo* motivados pelos registros anteriores, referentes à economia política. O politicismo, é preciso dizer, não se identifica integralmente à ausência de remissão ao econômico, refletindo-se também enquanto um modo, como vimos, de apreensão subordinada ao plano político. A marca principal que queremos destacar do núcleo econômico do politicismo está naquilo que ficou antes designado por *manipulação*. Em termos fundamentais, é a atividade executora, operadora dos mecanismos e fatores superficiais. Renunciando a critérios objetivos de verdade, seu horizonte é a finalidade prático-imediata de produzir certos efeitos na economia capitalista com eficácia e resultado variáveis. Se seu esboço esteve nas “funções governamentais necessárias e optativas” admitidas no século XIX, seu efetivo desenvolvimento se deu sobretudo nos primeiros 40 anos do século XX, tanto com o aprofundamento da necessidade de medidas administrativas na condução da vida econômica e o correlato avanço da estruturação estatal quanto com as inovações nas doutrinas econômicas que procuraram sussurrar aos ouvidos do Príncipe e influenciar nas decisões governamentais. As duas grandes guerras mundiais e, entre elas, a Revolução Russa e a crise de 1929 tiveram papel decisivo nisso.

Mas, como não é lugar para longas considerações, basta trazer à baila o essencial da administração macroeconômica no acabamento dado como *keynesianismo* enquanto um exemplar didático do problema. Na doutrina, aquele *intervencionismo calculado* ganhou todos os seus contornos especiais. Nunca esteve de fato ocupada em esclarecer as ligações entre os problemas cíclicos identificados, como as crises, e a lógica essencial da produção generalizada de mercadorias, menos ainda esteve interessada na transformação das relações sociais ao fundo que dão vida a essa lógica. Seu critério de verdade era outro. A ocupação principal esteve em estabelecer medidas que acionassem certos mecanismos que pudessem ativar, assim podemos dizer, certas tendências contrarrestantes às crises. É essencialmente um problema de método de administração da economia capitalista, no caso, por meio da demanda agregada. Aqui vale, pois, a máxima de se encontrar a medida das coisas

nas circunstâncias então presentes. No caso em tela, as medidas estatais devem aumentar na antecipação das crises e diminuir quando a dinâmica virtuosa engrenar. Se o método foi capaz de produzir os efeitos desejados e na temporalidade intentada é outro assunto.

O ponto aqui é a exemplificação, pois existem outros métodos na disputa da circulação das ideias, da “manipulação prática dos nexos causais concretamente conhecidos” (LUKÁCS, 2013, p. 96). É o caso da “teoria da utilidade marginal até as pesquisas manipulatórias singulares de hoje”, constituindo de conjunto “uma ciência que, de modo pseudoteórico, faz desaparecer as conexões autênticas e decisivas, mesmo que, em casos singulares, casualmente possam estar presentes relações reais ou seus vestígios” (LUKÁCS, 2012, p. 306). É a “total subjetivação da economia, desde a teoria da utilidade marginal até Keynes e os economistas norte-americanos de nossos dias” (LUKÁCS, 2020, p. 672).

Se no núcleo político do politicismo vigora o “aperfeiçoamento institucional”, em seu núcleo econômico vige o aperfeiçoamento do método administrativo sobre a economia capitalista, sua manipulação – o avesso da transformação –, seu prolongamento histórico. Por essa razão, se o politicismo, da forma como já averiguamos, viceja a partir da ordem do capital em geral, também carece de condições especiais, sobretudo considerando seu núcleo econômico. Teve ancoragem num dado “aparato institucional e o conjunto de práticas subjacentes que caracterizam a tentativa de gerenciamento racional da sociedade capitalista” (MEDEIROS, 2013, p. 273). Dependeu, pois, do fato de que a estrutura de administração da economia ganhasse em potência subjetiva e objetiva, em termos de doutrina e de medidas propriamente destinadas a regular a dinâmica econômica e de modo não meramente reativo, mas sobretudo de antecipação do comportamento volátil da economia capitalista.

A missão social do politicismo, portanto, se desdobra. Não basta naturalizar as relações que fundamentam a economia capitalista. Passando, como dito, pela “conservação da atual fisionomia do solo econômico” (CHASIN, 2000, p. 133), essa forma de consciência atende à necessidade de apresentar essa economia como um objeto de manipulação. Nela, não é necessário conhecer de fato a coisa, mas meramente medi-la, nela provocar resultados imediatos e superficiais, avaliar esses resultados, aperfeiçoar os modelos etc. Ao fundo, está a missão de convencer amplamente que esse modo de produção e suas contradições podem ser *administrados indefinidamente*, sem a necessidade de alteração nas relações sociais

essenciais, bastando para isso aperfeiçoar os métodos existentes ao seu gerenciamento. O sincretismo e o distributivismo têm nisso papel fundamental, pelo menos na concorrência das ideias que pendem para métodos de administração em detrimento de outros (como os austríacos, monetaristas e suas variantes; o emblemático “mergulho para trás” que praticam alguns modernos). Não obstante, a causa dos problemas identificados será de praxe atribuída ao método do adversário. Jamais aos fundamentos da economia capitalista.

As análises anteriores de Chasin sobre o politicismo no Brasil delimitaram o período pós-1964 como recorte legítimo. Vimos com essas análises como a incompletude do capital e a ilusão de completação afligiram o politicismo, seu horizonte distributivista e inteligência manipuladora. Não vem ao caso repisar tais pontos. Mas é importante registrar que a análise da via colonial, e nela o sublinhado do “reformismo pelo alto” como processo de modernização que impõe uma “solução conciliadora no plano político imediato” (p. 16) etc., deu conta do processo de entificação do capitalismo industrial no Brasil sobretudo a partir de 1930. Não seria sem propósito correlacionar o vicejo do politicismo a partir desse estágio de desenvolvimento do capitalismo no país e a correspondente estruturação estatal naqueles anos, incluindo na última a formação técnica de burocratas (como no exemplo do Departamento Administrativo do Serviço Público – Dasp de 1938). Aliás, o período foi palco de inúmeras medidas sincréticas que tiveram por alvo a conciliação classista, como as bem conhecidas legislações sociais e trabalhistas. Também foi palco das tentativas de manipulação da economia pós-crise de 1929, especialmente a industrialização por via estatal como o único caminho então possível. Não vem ao caso detalhar tais pontos, bastando para nossos propósitos admitir que foi o período de estruturação estatal tal que possibilitou a progressiva maturação de um politicismo de horizonte distributivista e exercitação manipulatória na incompletude do processo brasileiro, de seu capital atrofado. De modos complexos, o período de 1964 em diante é herdeiro desse politicismo de extração pela via colonial.

VI.

Mas esse politicismo não é fac-símile de si mesmo. Apresenta especificidades em acordo com as condições históricas, como já ficou claro. Há, dito de modo mais preciso, uma complexa relação de continuidade e descontinuidade também nesse plano das formas de consciência. O Brasil da nossa atualidade fornece elementos

importantes sobre isso e podemos destacar certa especificidade no momento presente tendo em mente a “novíssima esquerda” e a atuação do governo em anos recentes.

Chasin considerou que o “mundo em curso se apresenta [em 1989] como uma vasta usina do falso socialmente necessário”. Quase 40 anos depois, poderíamos fazer diagnóstico geral muito semelhante e talvez agravado. Ele escreveu na ocasião que a “produção da falsidade” tinha então arranque *objetivo* no prolongamento, de uma parte, da “utilidade histórica do capital e de sua forma capitalista de sociabilidade e, de outra, pela incapacidade – hoje indiscutível [em 1989] – de superação do capital pelas formas pós-capitalistas conhecidas” (p. 179). Chasin tinha em mente, na última parte, os países do bloco assim chamado “socialismo real”. Esses países não existem mais. Temos, porém, uma continuidade *objetiva* daquele prolongamento. Na ocasião dessas palavras, nosso filósofo também registrou que a produção da falsidade se manifestava igualmente, numa alavanca *teórica*, como “figurações da subjetividade”, isto é, “razão manipuladora e irracionalismo” (p. 179).

É difícil negar que temos ainda hoje, em termos *objetivos*, o “*prolongamento da utilidade histórica do capital*” que se constitui, também agora, no “*ardil do capital*”, sob cuja lógica e regência move-se o universo humano-societário contemporâneo, bem como [em termos *teóricos*] sob seu espírito homólogo – manipulador e irracionalista, que desarma cognitiva e volitivamente a autêntica capacidade efetuidora da prática humana” (p. 179). De outro lado, a desafiante se mostra na “falta de perspectiva de revolucionamento do modo de vida”, na “ausência de qualquer visualização de dias diferentes” (VAISMAN, 2023, pp. 12-3). Importa reter o atual cenário de prolongamento da utilidade histórica do capital e das suas homólogas figurações teóricas.

Para tanto, é preciso perguntar: quais seriam as reverberações no politicismo sendo este, como vimos, intrínseco à ordem do capital?

Por outro lado, vimos também nas análises de realidade que o “quadrilátero teórico”, formado pelas teorias da dependência, populismo, autoritarismo e marginalidade, mostrava-se como “conjunto de ideias que moldam o pensamento no país” (CHASIN, 2000, p. 243), conjunto do qual os partidos na esquerda extraíam “suas leituras de realidade, o inventário dos problemas nacionais e o rol de suas proposituras” (p. 255). No entanto, a presença e potência do quadrilátero foram consideravelmente abrandadas no tempo presente e não desfrutam das mesmas visitas de outrora. Talvez aqui e ali ainda persistam os apelos às teorias do

populismo e autoritarismo, mas certamente não ocupam o mesmo altar da intelectualidade. Os partidos na esquerda do “arco político do capital” também sofreram modificações. A “vertente elitista” (PSDB) está, no momento pelo menos, absorvida pelas hordas das tendências mais à direita daquele arco político. De certo modo, foram empurrados pelo deslocamento progressivo da vertente “popular do social-democratismo” cada vez mais para a centro-direita desse arco. Duma observação geral dos mandatos petistas desde 2002 para além do interregno 2018-2022, parece duradoura a perseguição de um imaginário capitalismo justo e humanizado, nos limites do distributivismo implementado por medidas manipulatórias de horizonte imediato. Isso dá um sentido de continuidade, mas o arcabouço teórico parece ter sofrido modificações.

E o que então tem nutrido as leituras de realidade global e nacional, além de dar respaldo às suas proposituras?

As duas questões anteriores demandam análises muito mais extensas e detalhadas do que somos capazes de no momento apresentar. Podemos esboçar pelo menos alguns poucos traços gerais de encaminhamento de respostas.

Com efeito, a continuidade do prolongamento da utilidade histórica do capital e de suas contradições, que se expressam em crises, conflitos e desigualdades, sobretudo em contexto de ausência de alternativas verdadeiramente para frente, criou uma realidade *aparentemente paradoxal*. Como seria possível afirmar que o politicismo ainda se encontra em seu apogeu se há tantos descontentes com seus regimes políticos, em especial nas “democracias ocidentais”? O descontentamento que vai se generalizando diante da política é algo que vai além da compreensível reação de antipatia contra partidos políticos em suas mesquinhas rotinas politiqueiras, quando não criminosas. O descontentamento pode sugerir um aparente enfraquecimento do politicismo e não significa que isso não possa ser entendido como sintoma de suas fraturas. Porém, o descontentamento não se volta à crítica reta e contestação propositiva diante do solo econômico, do modo de organização das relações sociais, não se canaliza à causa dos problemas que muitas vezes se refletem nas tempestades políticas. As reações são direcionadas a uma *forma da política*.

A “questão democrática”, que nutriu considerável parte das análises de Chasin décadas atrás, recebeu de nosso autor seu correto tratamento. Sem uma perspectiva transformadora do trabalho, a chamada democracia representativa não passa de arremedo para fazer valer a *democracia dos proprietários*. Esta, incapaz de ser

resolutiva – quando muito, mostra-se tal como palco de frágeis e temporárias conciliações –, ativa os descontentes que, num contexto de ausência de futuro, encontram recepção nos braços do reacionarismo. E para espanto dos conservadores civilizados, a história pode sonhar todo tipo de pesadelo, fabulando formas políticas regressivas e hediondas. No campo de possíveis das formas políticas sob a ordem do capital, levando-se em conta não só a história brasileira, mas também seu inebriado momento de fragrância teocrática, há espaço para muita coisa entre a “autocracia burguesa” vigente e o “bonapartismo” aberto de outrora. A história costuma ser perigosamente criativa.

Ao contrário, o paradoxo é apenas aparente. O politicismo, que já acumula longa duração, tem apresentado profunda eficácia em direcionar a atenção e a ação das classes sociais para longe da necessária transformação. A linha continua sendo a do “aperfeiçoamento institucional”, ainda que um “mergulho para trás” apareça aos descontentes como a melhor alternativa corretiva da democracia dos proprietários.

A eficácia do politicismo também se mede pela constante renovação do distributivismo, seu horizonte limítrofe, ainda que se mostre faticamente irresolutivo. Os exemplos poderiam ser diversos, mas basta um que nos parece muito representativo. Em primeiro de janeiro de 2003, o então presidente eleito da república dos proprietários assim se manifestou:

“Mudança”; esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro [de 2002] [...]. Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero”. [...] se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2003)

E, no dia primeiro de janeiro de 2023:

Vinte anos atrás, quando fui eleito presidente pela primeira vez, [...] iniciei o discurso de posse com a palavra “mudança”. A mudança que pretendíamos era simplesmente concretizar os preceitos constitucionais. [...]. Disse, naquela ocasião, que a missão de minha vida estaria cumprida quando cada brasileiro e brasileira pudesse fazer três refeições por dia. Ter de repetir este compromisso no dia de hoje – diante do avanço da miséria e do regresso da fome, que havíamos superado – é o mais grave sintoma da devastação que se impôs ao país nos anos recentes. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023)

É óbvio que enfrentar a fome é uma tarefa entre as mais importantes. Tem sido tarefa no Brasil, aliás, há século. Talvez não seja sem lugar a recordação da expressão

“carestia” no debate público do Brasil dos anos de 1920 quando, para muitos de seus protagonistas, era um simples caso de polícia. A questão é que não se resolve a miséria estrutural por meio de voláteis medidas que ignoram a base do problema. Fica quebrada, no plano da ideação, a vinculação objetiva na unidade entre produção e distribuição, como já discutimos anteriormente. E mesmo que, voltemos a repetir, possa haver abundância de sinceridade nos enunciados acima (com discutível personalização), eles apresentam “valor objetivo de uma bolha de ar”. As irresolutivas medidas meramente político-institucionais não são apenas levadas pelos ventos das circunstâncias das trocas desiguais entre as forças políticas, mas têm rompidas as suas frágeis tensões superficiais na eclosão das crises econômicas.

O prolongamento da utilidade histórica do capital igualmente criou condições para uma hipérbole da manipulação. Para isso também não faltam exemplos. Mas entre os mais eloquentes podemos destacar um que é auxiliar simultaneamente às duas questões anteriormente levantadas. Temos em mente a aberta retomada da política industrial. Dizemos aberta porque esteve fora da cena, por assim dizer, mas não dos bastidores. E no Brasil essa retomada teve peculiaridades ilustrativas do rebaixamento que a manipulação alcançou.

De partida, é preciso reconhecer que o processo de objetivação do capitalismo no Brasil jamais pôde dispensar o estado como alavanca de primeira ordem. As variadas expressões ideais disso tiveram papel importante na história brasileira. Sob a alcunha (não sem problemas) de “desenvolvimentismo”, a herança intelectual está presente e emana de muitos lados. Intelectuais seguem ativos em sua produção, formando novas gerações. Em comum está o revigorado reconhecimento do papel necessário e potencialmente virtuoso do estado na dinâmica econômica. Houve recentemente até quem registrasse a “volta do estado planejador” como resposta ao “neoliberalismo”. Muitos desses formadores e formados possuem laços firmes e relações muito próximas com a atual presidência da república e com parte importante da burocracia estatal. Não vem ao caso nomeá-los ou desenhar suas redes de conexões. De todo modo, a elaboração de política industrial tendo o estado como planejador e articulador certamente receberia influência dessas gerações de intelectuais brasileiros, não fosse a predileção por fonte teórica estrangeira.

A recente política industrial no país foi arquitetada por especializada burocracia estatal, inspirada no exemplo sul-coreano e em outras experiências, e por influência decisiva de intelectual estrangeira. Nessa última direção, as ideias de Mariana

Mazzucato já circulavam desde o começo da década de 2010 e chamavam a atenção, contrariamente às predileções ortodoxas, precisamente para o papel do estado como alavanca indispensável para inúmeros processos de inovação tecnológica. É algo também repetido à exaustão por aquelas gerações de intelectuais brasileiros durante décadas. Não há, pois, qualquer novidade em termos fundamentais nas ideias da autora ítalo-britânica nem evidências de superioridade analítica. Então, o que explicaria a influência tão notória na política industrial brasileira recente, em que um dos mais recentes livros da economista, o *Missão economia* (MAZZUCATO, 2022) – original de 2021 –, orientou tanto normativa federal (BRASIL, 2023) quanto plano de ação (BRASIL, 2024) baseados em missões? É inusitado que o próprio léxico desses materiais governamentais tenha empregado explicitamente os termos registrados no material da autora.

Nesse material da economista comparece a simplificação operacional: missão, meios, avaliação. Ocupou o lugar das análises dos “desenvolvimentistas” que, consideradas as suas limitações teóricas, seus tributos ao sincretismo e ao distributivismo que agora não vêm ao caso, debruçavam-se sobre a natureza do modo de produção capitalista, a subordinação econômica do país, seu frágil lugar nas cadeias globais de valor. Tornaram-se esfumaçadas as classes sociais, as relações de força em que se encontram os trabalhadores e a mediação do estado no *quid pro quo* do processo de acumulação. Restaram a colocação de finalidades prático-imediatas, a calibragem dos meios aos fins, a avaliação dos resultados e correções de rota; uma simplificação típica que frequenta os livros didáticos de introdução à administração nos *campi* afora. Talvez por isso mesmo, sem a mínima aproximação da natureza das coisas ou qualquer projeção de alteração estruturante do terreno econômico, é que essa hipérbole da manipulação de fatores superficiais tenha alçado notória influência na burocracia estatal (há afinidades intelectuais e de interesses, além disso). Os critérios objetivos de verdade, necessários a qualquer ciência, cederam lugar a um *rústico operacionalismo*. Segue firme assim o desconhecimento da “natureza específica do solo em que pisa”. Parece inabalável a desertificação ideológica na importação e repetição acrítica de ideário rebaixado que está bem aquém daquilo que o “desenvolvimentismo” mesmo pôde apresentar. Se o quadrilátero teórico foi enfraquecido, não foi para ser superado por algo mais altivo. A composição ganhou outro lado. É um pentágono teórico piorado que informa a leitura de realidade e as proposituras práticas diante dos problemas a serem enfrentados.

Talvez a forma geométrica em questão não se limite a cinco retas. Não seria muito prudente ignorar o companheiro de aventuras da manipulação, o irracionalismo antes rapidamente referido a partir das considerações de Chasin. Irracionalismo na qualidade de par, muitas vezes empavonado, como outra figuração da subjetividade renovada pelo prolongamento da utilidade histórica do capital. Essa figuração ganhou velhas e novas formas (FOSTER, 2023). Trata-se aqui de reconhecer as tendências irracionalistas e românticas que sempre acompanharão o capitalismo até seus últimos dias. Importante dizer que são tendências que não excluem qualquer posição no arco político do capital. Especialmente em se tratando da posição na esquerda desse arco, tem ficado muito patente a influência que esse ideário galgou em várias de suas expressões. Na falta de terminologias melhores, reconhecemos tais expressões nos assim chamados “identitarismo” e “ancestralidade”. São formas entregues ao relativismo mais simplório e anticientífico, de ancoragem subjetivista, que deixam o solo econômico integralmente de fora em preferência ao combate no campo moral e até “espiritual” no pior dos sentidos deste termo. E, o que é talvez ainda muito mais danoso, pretendem muitas vezes tirar *poesia do passado* numa malformada equação de variáveis tortas de que o “futuro é ancestral”, passando, portanto, por “progressismo” o que é no fundo uma seta para trás. Há aqui e ali, transbordando das universidades principalmente, indícios de que tais orientações informam as leituras de realidade e as propostas da “novíssima esquerda” com presença na atual composição do governo. Não é, de fato, surpresa alguma, uma vez que as posições na esquerda do arco do capital há muito se fartam no banquete do irracionalismo que ainda hoje encontra em Nietzsche seu preferencial escudeiro. Ele, no entanto, não segue solitário.

Mas não temos mais licença para estender essas considerações sumárias. Basta, para concluir, que apesar das modificações indicadas há também certa linha de continuidade do politicismo, e nela se encontra sua atualidade como “freio antecipado” das consciências e “protetor da estreiteza econômica e política da burguesia” (CHASIN, 2000, p. 124) que hoje flerta abertamente com as tendências reacionárias de suas sociedades. O prolongamento da utilidade histórica do capital, na ausência de alternativas entrevistas, cobra de todos os seus mais altos juro e nos condena, como Sísifo, a administrar eternamente nossa miserável pedra.

Referências bibliográficas

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). **Resolução CNDI/MDIC nº**

- 1, de 6 de julho de 2023.** Dispõe sobre nova política industrial, com a finalidade de nortear as ações do estado brasileiro em favor do desenvolvimento industrial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/arquivos/decretos-e-portarias/arquivos/dou_2023-07-20-resolucao-cndi-mdic-no-1-de-6-de-julho-de-2023-missoes-republicacao/view>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Nova indústria Brasil** – Nova indústria Brasil – forte, transformadora e sustentável: Plano de Ação para a neointustrialização 2024-2026 / Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). - Brasília: CNDI, MDIC, 2024. 102 p. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/plano-de-acao/nova-industria-brasil-plano-de-acao.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Discurso do presidente Lula no Congresso Nacional.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2003]. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/tv/146709-discurso-dopresidente-lula-no-congresso-nacional/>>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Leia o discurso do presidente Lula na íntegra.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2023]. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/932450-leia-o-discurso-do-presidente-lula-na-integra/>>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- CHASIN, J. Abertura: Ad Hominem – rota e prospectiva de um projeto marxista. **Revista Ensaios Ad Hominem**, São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, n. 1, t. I – Marxismo, 1999.
- CHASIN, J. **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social.** Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- CHASIN, J. A determinação ontonegativa da politicidade. **Verinotio**, n. 15, Ano VIII, ago. 2012. Disponível em: <<https://www.verinotio.org/conteudo/0.90872840854221.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica.** São Paulo: Boitempo, 2009.
- FOSTER, B. O novo irracionalismo. **Verinotio**, v. 28, n. 2, p. 383-413, 2023.
- LUKÁCS, G. **A destruição da razão.** São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social** v. 1. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social** v. 2. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEDEIROS, J. L. **A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica.** Niterói: Editora da UFF, 2013.
- MARX, K. “Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”. In: **Lutas de classes na Alemanha.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O capital** v. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAZZUCATO, M. **Missão economia: um guia inovador para mudar o capitalismo.** Portfolio-Penguin, 2022.
- MILL, J. S. **Princípios de economia política.** 2 v. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Col. Os Economistas.
- PAÇO CUNHA, E. O problema da eficácia das formações ideais: o pensamento econômico como ideologia. **Verinotio**, v. 29, n. 2, p. 1-23, 2024.
- PAÇO CUNHA, E. Problemas selecionados em determinação social do pensamento. **Verinotio**, v. 28, n. 1, p. 123-146, 2023.
- RAGO FILHO, A. O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da

- autocracia burguesa. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 29, n. 1, 2004.
- VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, n. 12, ano VI, 2010. Disponível em: <<https://verinotio.org/conteudo/O.49365995032122.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- VAISMAN, E. “Prefácio”. In: CHASIN, J. **O futuro ausente: para a crítica da política e o resgate da emancipação humana**. Belo Horizonte: Verinotio Livros, 2023.
- VAISMAN, E.; FORTES, R. V. “Apresentação”. In: LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

Como citar:

CUNHA, Elcemir Paço. O “pavoroso deserto ideológico”: dos fundamentos à atualidade do ideário politicista na miséria brasileira. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 30, n. 1, pp. 352-384, Edição Especial: *A miséria brasileira*, 2025.